



“Todas as suspeitas são investigadas”, diz chefe de gabinete

O chefe de gabinete do prefeito, Edar Borges Machado, acumulou o cargo de secretário de Viação e Serviços Urbanos por alguns meses e conhece as dificuldades do setor. Ele admite que existem muitos equipamentos parados, mas alerta que um número não diz tudo. Entre os carros e as próprias máquinas, há itens adquiridos em 2004, em 2007 e em 2009. “E muitos operam em tempo integral, o que reduz a vida útil sensivelmente”, pontua. Ele acredita que a alta demanda ao longo dos anos comprometeu a manutenção preventiva e a crise

nas finanças do Município, nos últimos dois anos, impediu a reposição de peças com a agilidade necessária.

Sobre as críticas de alguns vereadores, de que o mau uso dos equipamentos seria responsável por sua deterioração precoce, Borges aponta que todas as denúncias - sérias e fundamentadas - estão sendo apuradas. “Inclusive, há sindicâncias em andamento”, assevera.

O chefe de gabinete entende que a Câmara tem o direito e até o dever de fiscalizar os atos do governo, mas deve tomar cuidado para não misturar interesses políticos com

aspectos práticos da Administração Municipal. “Nunca um veículo ou uma máquina do poder público terá a mesma durabilidade de um particular, pois as condições de uso são muito mais severas”, ressalta. Para ele, é justamente esta realidade que justifica o pedido de financiamento em tramitação na Câmara de Vereadores.

Borges diz que não é correta a informação de que o motor de um veículo teria sumido do “pátio”. “O motor existe, está desmontado, aberto. O que acontece é que estão faltando algumas peças. Podem, inclusive, ter sido

usadas em outra unidade”, pondera. Segundo ele, não é incomum que, havendo dois equipamentos similares parados, diante de uma urgência, se tire peças de um deles para fazer o outro funcionar.

Já as máquinas que não podem ser arrumadas em virtude de ação judicial são as chinesas, adquiridas na gestão Percival, que nunca funcionaram corretamente, segundo Borges. “Estamos aguardando uma posição sobre o que fazer com elas”, conclui, lembrando que, também neste caso, existe o máximo interesse em apurar responsabilidades.



Financiamento para novas compras deve ser votado amanhã

Nesta terça-feira, a gerente de Relacionamento do Banco do Brasil, Anelise Klein, esteve na Câmara explicando detalhes do programa através do qual a Prefeitura pretende adquirir novas máquinas e computadores, num montante financiado de R\$ 3,2 milhões. Participaram da reunião os vereadores Erico Velten (PDT), Valdeci Alves de Castro (PSB), Felipe Kinn da Silva (MDB), Talis Ferreira (PR), Neri de Mello Pena, o “Cabelo” (PTB), Jurez Vieira da Silva (PTB) e Joel Kerber (PP).

Segundo Anelise, os recursos que o Município busca são do Programa Eficiência Municipal, uma solução de crédito que apoia projetos de investimento em setores como saúde, educação, ilu-

minação pública, modernização da gestão e intervenção viária, em benefício de toda a sociedade. Ela respondeu a questões importantes que envolvem o financiamento, como a taxa mensal de juros, que será em torno de 0,8%, considerada baixa em relação ao mercado.

Pela tabela apresentada, o Município inicia pagando R\$ 26.556,16 de juros mensais para o financiamento de 60 meses. A última parcela está estimada em R\$ 491,78. Nos primeiros seis meses, a Administração irá pagar somente a parcela do juro, não entrando o capital. A partir da sétima prestação, começa a amortização inicial, no valor de R\$ 85.870,98. Como as prestações são no sistema decrescente, a parcela final

tem o valor previsto de R\$ 59.806,60.

Na prática, os R\$ 3,2 milhões não serão depositados em uma conta do Município. Após assinado o contrato de financiamento e atendidos os aspectos legais, a Prefeitura fica autorizada a licitar os veículos e equipamentos. “O banco vai pagar diretamente às empresas vencedoras pelas aquisições”, acrescentou Anelise. Ela explicou ainda que 70% dos municípios do Brasil estão impossibilitados de obter recursos dentro deste programa por não preencherem todos os requisitos necessários. “Montenegro está dentro dos contemplados, assim como outros municípios da região, em que inclusive já foi assinado o contrato”, comentou a ge-

rente.

A representante do BB também disse que o financiamento em debate pode chegar a até R\$ 3,2 milhões, porém vão ser contratados de fato somente os valores que o Município utilizar para aquisição dos bens. Questionada sobre se a Prefeitura poderia, por exemplo, utilizar parte deste recurso para a recuperação da iluminação pública, Anelise respondeu que sim.

De acordo com o regimento interno da Câmara, há duas alternativas para o projeto retornar à pauta de votações: através de inclusão por decisão do presidente ou a pedido de um líder de bancada. É possível que a votação ocorra na sessão desta quinta-feira, dia 5.

